Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Cacoal
Advocacia Geral

LEI N. 1.631/PMC/04

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CACOAL A CRIAR VAGAS DE ENFERMEIRAS, AUXILIARES DE ENFERMAGEM E AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE PARA ATENDEREM AO PROGRAMA DE ATENDIMENTO A SAÚDE INDÍGENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CACOAL no uso de suas contribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Município de Cacoal a criar vagas de Enfermeiras, Auxiliares de Enfermagem e Agentes Indígenas de Saúde em números e com as remunerações abaixo especificadas:

- I – Enfermeiros de área, 03 (três) vagas e com remuneração de R\$ 3.500,00 bruto;
- II – Enfermeiro CASAI, 01 (uma) vaga e com remuneração de R\$ 2.500,00 bruto;
- III – Auxiliares de Enfermagem, 09 (nove) vagas e com remuneração de R\$ 800,00 bruto; e
- IV – Agente Indígena de Saúde, 27 (vinte e sete) vagas e com remuneração de R\$ 240,00 bruto.

§ 1º Os Enfermeiros de área exercerão suas atividades nas aldeias indígenas, em contato direto com os povos.

§ 2º O Enfermeiro CASAI exercerá sua atividade na Casa de Saúde Indígena, localizada na zona urbana do Município.

Art. 2º Fica autorizado a contratação dos profissionais especificados no artigo anterior mediante Teste Seletivo Simplificado em face do que dispõe o art. X, do art. 297, da Lei n. 1.082/PMC/00.

Parágrafo Único - A contratação será por prazo determinado de até 24 meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme especifica o Inciso II, do art. 299, da Lei n. 1.082/PMC/00.

Art. 3º As despesas com as contratações serão custeadas com recursos vinculados, oriundos do Ministério da Saúde, alocadas no Programa 1.423.0056.2.124.

Art. 4º O regime de trabalho deverá ser o celetista.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal-RO, 06 de abril de 2004.

SUELI ARAGÃO
Prefeita Municipal

MARCELO VAGNER PENA CARVAHO
Advogado Municipal – OAB/RO 1171